

## UM NOVO OLHAR PARA A ABORDAGEM SISTÊMICA NA PSICOLOGIA

*A NEW LOOK FOR SYSTEMS PSYCHOLOGY APPROACH*

**Victor R.R. CELESTINO**

Mestre em Ciências  
victor.celestino@catolica.edu.br

**Julia S. BUCHER-MALUSCHKE**

Professora Doutora em Psicologia  
psibucher@gmail.com

---

Recebido em 09/2015 – Aprovado em 12/2015

### **Resumo**

A abordagem sistêmica na psicologia tem suas raízes na terapia familiar. Desenvolvida com inspiração na teoria geral de sistemas, na teoria cibernética, entre outras, esta abordagem sistêmica tem recebido críticas do construcionismo social pós-moderno, por sua visão estruturalista e mecanicista. A literatura científica oferece novos paradigmas epistemológicos, com inspiração nos sistemas dinâmicos, os quais possibilitam um novo olhar para a abordagem sistêmica na psicologia. Assim, sugere-se a adoção de uma integração da perspectiva de auto-organização paralelamente à auto-regulação.

Palavras-chave: Psicologia Sistêmica; Construcionismo Social; Sistemas Dinâmicos.

## Abstract

*The systemic approach in psychology has its roots in family therapy. Developed from inspiration in general systems theory, cybernetics theory, among others, this systemic approach has received critics from postmodern social constructionism, for its structuralist and mechanic views. Scientific literature offers new epistemological paradigms, with inspiration from dynamical systems, which allow a new look for the systemic approach in psychology. Thus, it is suggested the adoption of an integration of self-organization perspective in parallel with self-regulation.*

**Keywords:** *Systems Psychology; Social Constructionism; Dynamical Systems.*

## 1 INTRODUÇÃO

O pensamento sistêmico tem sido aplicado à biologia, aos seres vivos e aos sistemas sociais. O principal axioma da teoria dos sistemas é que o todo é maior que as partes, substituindo um modelo linear de causalidade por um modelo circular, ou seja, um padrão de causa-efeito por um padrão interativo (Von Bertalanffy, 1969; Churchman, 1979; Beer, 1984).

Diferentemente de outras abordagens, a sistêmica é introduzida na psicologia por uma diversidade de profissionais insatisfeitos com a prática, e não a partir da Academia. Ela surge na década de 1950, fortemente relacionada com a Terapia Familiar. Os terapeutas familiares sistêmicos consideram a família como um sistema (Bucher-Maluschke, 2008), com vários subsistemas (conjugal, paterno/materno, filial, fraterno, entre outros), os quais funcionam com base nas características do sistema familiar (hierarquia, fronteiras, regras, modos de comunicação, etc).

## 2 ABORDAGEM SISTÊMICA NA PSICOLOGIA

Alguns conceitos da teoria de sistemas influenciam a abordagem sistêmica na psicologia:

- Controle por Retroalimentação (feedback): enfoque circular de causalidade, onde efeito é realimentada como causa. Existe uma retroalimentação positiva, que predispõe à mudança, e uma negativa, a qual busca a homeostase do sistema, ou seja, a manutenção de um estado de equilíbrio;
  - Caixa-preta: um sistema psicossocial pode ser examinado somente a partir da relação entre suas saídas (comportamentos, emoções, sintomas, ações) e suas entradas (disposições psicogenéticas, e estímulos do ambiente psicossocial), sem que seja necessário compreender a estrutura dos processos mentais privados, mas apenas como alteram funcionalmente os comportamentos.
  - Equifinalidade: em um sistema fechado, o estado final pode ser determinado inequivocamente pelas condições iniciais, mas isso pode não ocorrer em sistemas complexos. Além disso, um sistema psicossocial é um sistema aberto, onde se pode atingir um estado final idêntico com origem em condições iniciais distintas, e por meio de diversas formas e meios de desenvolvimento.
  - Totalidade e não-somatividade: um sistema não pode ser compreendido apenas a partir da soma das partes, pois estas estão inter-relacionadas.
- Além da teoria geral dos sistemas, compõem o arcabouço da abordagem sistêmica na psicologia:
- Teoria da pragmática da comunicação humana (Watzlawick et al., 1967): na comunicação humana, considera-se que os significados são objeto da semântica, os sinais e a linguagem da

semiótica, e a transmissão de informação da sintaxe. A pragmática da comunicação aborda a comunicação como conduta comportamental;

- Teoria cibernética (Wiener, 1948): evoluiu da chamada “primeira cibernética”, com uma visão focada na homeostase do sistema psicossocial, para a “segunda cibernética”, que consolidou o enfoque circular sistêmico por meio do questionamento circular e da mudança adaptativa (retroalimentação positiva);
- Teoria da informação (Shannon, 1948): incorpora conceitos de fonte de informação, mensagem, transmissor, sinal, canal, ruído, receptor; e
- Teoria dos jogos (Von Neumann e Morgenstern, 1945): incorpora modelos para a tomada de decisão.

Entre os diversos conceitos da abordagem sistêmica na psicologia, a transmissão multigeracional foi proposta para compreender o processo de repetição de padrões de relacionamento na família em sucessivas gerações (Kerr e Bowen, 1988). A intensidade da repetição de padrões está relacionada ao nível de diferenciação de cada indivíduo membro de uma família. Esse grau de diferenciação é influenciado por relações da família de origem, sendo transmitido através das gerações, e está intimamente relacionado ao processo emocional da família, antes mesmo do nascimento do indivíduo.

A diferenciação é fundamental para a saúde mental do indivíduo (Bacal, 2013), para que este possa construir sua individuação e seu funcionamento psicológico independente dos padrões familiares. Por outro lado, o pertencimento também é vital para o funcionamento saudável, significando ser membro e poder participar das crenças, valores,

regras, mitos e segredos da família ou de um grupo social.

Cada família tem conteúdos que vão sendo herdadas ao longo do ciclo de vida familiar (Boszormenyi-Nagy, 1984), conhecidos como “lealdades invisíveis”, perpassando gerações, muitas vezes sem serem explicitados. Essas lealdades possuem papel fundamental na homeostase familiar, tal como se houvesse um “livro virtual de prestação de contas” (Boszormenyi-Nagy, 1984), no qual são contabilizados créditos e débitos intergeracionais, que estabelecem as obrigações de dar, receber e retribuir. Quem recebe fica em dívida com o membro que deu, portanto, com obrigação de retribuir e corresponder às expectativas desse, e assim repetidamente por gerações, visando o equilíbrio das relações (Bacal, 2013). As lealdades invisíveis podem ser observadas na repetição de padrões através das gerações. Esses padrões familiares podem estar relacionados a um papel desempenhado por um de seus membros, a um problema ou a uma queixa repetitiva, ou às escolhas pessoais, amorosas e profissionais. Essas repetições, conscientes ou inconscientes, ocorrem para assegurar a manutenção da identidade familiar, consistindo na manifestação de vínculo com as gerações anteriores (Bacal, 2013). As lealdades invisíveis são manifestadas na repetição de padrões transgeracionais em função da relação de forças psicossociais de pertencimento e diferenciação do indivíduo na família.

A reatividade emocional, com origem em diferentes fatores psicossociais, aumenta a força de pertencimento e aglutinação dos membros da família. Como a criança nasce usualmente indiferenciada em relação à sua família, sua principal tarefa de desenvolvimento será diferenciar-se para alcançar autonomia e independência (Martins et al., 2008). Na família,

as crianças experimentam tanto o pertencimento quanto a diferenciação, mas quanto maior forem os níveis de reatividade emocional mais difícil será o processo de construção de identidade, ou ainda, como conhecido na abordagem sistêmica na psicologia, o processo de diferenciação do self (Kerr e Bowen, 1988).

Três estudos recentes confirmam a proposta teórica de Bowen sobre a diferenciação do self (Brown et al., 2008). O primeiro deles foi um estudo longitudinal misto quali-quantitativo, com 9 casais em formação (Klever, 2003), ao longo de cinco anos, que comprovou a hipótese de que o grau de diferenciação de um indivíduo e sua família de origem influencia o funcionamento psicológico de sua família nuclear, o qual fica mais comprometido quanto maior for a força de pertencimento intergeracional. Os resultados indicam que, quando o indivíduo herda uma maior diferenciação e menor reatividade emocional nos relacionamentos na família de origem, este tende a ser menos reativo com ele mesmo, com o(a) esposo(a), e com os filhos. O estudo considerou que o pertencimento intergeracional não é expresso apenas na relação entre o(a) participante e seus pais, mas também entre o(a) participante e a família extensa multigeracional (Klever, 2003).

A teoria de Bowen sugere que a família utiliza triângulos (relações em tríades, em lugar de apenas aos pares) para manejar a ansiedade, e que o triângulo primário (envolvendo pai, mãe e indivíduo) é um dos triângulos-chave da família (Kerr e Bowen, 1988). O segundo estudo foi também longitudinal, realizado para explorar a influência do triângulo primário da família de origem no funcionamento na procriação de 5 casais, ao longo de 10 anos (Klever, 2009). A análise quantitativa encontrou três variáveis, correlacionadas entre si, influentes no funcionamento na procriação das famílias:

distância versus abertura no triângulo primário da família de origem; grau de posicionamento interior ou exterior no triângulo primário; e o grau de projeção familiar expressado nas preocupações com os filhos. A distância é expressada em termos da maior ou menor reatividade dos triângulos, uma vez que Bowen propõe que, em maiores níveis de diferenciação do self, o indivíduo utiliza menos separação e distanciamento emocional, e mais abertura e raciocínio claro na integração das emoções. O estudo confirmou que o indivíduo carrega o nível de reatividade do seu triângulo primário para sua família nuclear, influenciando seu grau de sintomatologia. Uma posterior análise temática explorou as narrativas dos participantes sobre seus triângulos primários, focando em cada uma das variáveis identificadas, confirmando os construtos de conexão positiva (pertencimento), reatividade (distância), posicionamento interior/exterior ao triângulo (maior prevalência da proximidade mãe-filho, e afastamento do pai), e a projeção da tensão da conjugalidade nos filhos, com conseqüente comprometimento de seu funcionamento futuro. O estudo identificou mudanças nos triângulos ao longo do horizonte de 10 anos do estudo, em função da evolução e das fases dos ciclos de vida das famílias participantes (Klever, 2009).

No terceiro estudo, em uma versão revisada do instrumento para inventário de diferenciação do self (Differentiation of Self Inventory – DSI), as respostas de 225 adultos foram coletadas para aprimoramento da subescala de pertencimento ou fusão com outros (FO), visando melhor avaliar elementos da fusão interpessoal, tais como dependência extremada de outros na tomada de decisões, e a tendência de manter poucas convicções próprias estáveis, acompanhado de envolvimento emocional excessivo com outros (Skowron e Schmitt, 2003). O instrumento

consiste em quatro subescalas: reatividade emocional (RE), posição do “Eu” (PE), separação emocional (SE), e pertencimento ou fusão com outros (FO), sendo que uma versão em língua portuguesa já foi utilizada (Neves, 2011).

Como proposto na teoria de Bowen, os indivíduos, que se auto-avaliaram com menor reatividade emocional e maior habilidade para assumir posições do “Eu” nos relacionamentos, também indicaram menor endosso do uso da fusão ou separação emocional nos relacionamentos, como mecanismos para regulação da distância. Os resultados proveem evidência da relação entre o construto de pertencimento / fusão de Bowen e diversas facetas da insegurança do apego humano. Especificamente, indivíduos que tendem mais ao pertencimento e a fusão com outros também experienciam maior medo de abandono, e expressam uma preferência para relacionamentos íntimos com fronteiras menos nítidas. Esses achados são consistentes com outros estilos de apego e elementos de fusão descritos por Bowen, tais como a maior dependência dos outros para regular a autoestima, a passividade nos relacionamentos, e a maior dificuldade para se expressar socialmente (Skowron e Schmitt, 2003).

Esses trabalhos, portanto, reforçam a validação dos conceitos propostos por Murray Bowen (Kerr e Bowen, 1988), incluindo seus impactos na identidade de cada indivíduo e no seu funcionamento psicossocial, como indicadores da regulação do afeto e das relações de interdependência, com relevância direta para os indivíduos nas fases dos ciclos de vida do indivíduo e da família, quando se tornam adultos. A repetição de padrões varia entre indivíduos em função do grau de diferenciação do self (Kerr e Bowen, 1988), ou seja, com a identidade de cada indivíduo. O funcionamento psicossocial esta associado com o senso de identidade, o qual se

expressa não somente por meio de comportamentos observáveis, mas envolve também conteúdos pré-conscientes que influenciam atitudes. A identidade é um conceito que evolui ao longo do ciclo de vida humano, em pelo menos oito fases distintas da infância a vida adulta e a maturidade (Erikson, 1980). Assim, pode-se até adotar a idade como uma proxy para indicar “o gradual desenrolar da personalidade ao longo de crises psicossociais específicas de cada fase” (Erikson, 1980)(p. 128). Por outro lado, indivíduos vivem em sociedade, usualmente em famílias. Portanto, considera-se também a identidade humana ao longo do ciclo de vida familiar, sujeito não somente a estressores horizontais da trajetória de vida individual com seus próprios eventos traumáticos, mas também sujeito a estressores verticais transgeracionais (Mcgoldrick e Carter, 1980).

De maneira análoga ao processo que se passa entre indivíduos e famílias, ocorre também uma tensão entre pertencimento e diferenciação nos relacionamentos interpessoais entre indivíduos e organizações, mediados pelas relações de trabalho. Entre diversos estudos que estenderam a abordagem sistêmica ao ambiente organizacional, é relevante mencionar a constatação de semelhanças no processo de tomada de decisão, no nível de relacionamentos interpessoais, entre: casais em situação de deterioração das relações conjugais íntimas; gerentes e engenheiros da NASA na avaliação técnica de componentes do ônibus espacial; e controladores de tráfego aéreo interpretando informações na tela do radar (Vaughan, 2002). Assim, a abordagem sistêmica na psicologia também é aplicada ao estudo da formação da identidade no trabalho, a partir da inclusão / exclusão de aspectos da identidade social externa ao trabalho, ou da manutenção de uma clara

diferenciação entre essas identidades (Ramarajan e Reid, 2013).

### **3 VISÃO CRÍTICA DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL**

Por outro lado, desde a proposição inicial da aplicação da teoria sistêmica à psicologia, diversas críticas tem sido apresentadas, uma vez que a metáfora cibernética na qual esta se apoia passou a ser considerada por demais mecanicista e reducionista para a análise de sistemas psicossociais, com o advento do construcionismo social pós-moderno.

As estruturas sociais por si só não determinam a vida em sociedade como pretendiam os estruturalistas (Araújo et al., 2008). A dimensão individual (agente social) não é uma simples consequência das determinações da estrutura social. Internalizam-se regras e normas sociais, mas existem aspectos de condutas que não são previsíveis. É como um jogo do qual sabe-se as regras e seu sentido, mas no qual também se pode improvisar.

Neste contexto, o habitus (noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e da escolástica medieval) foi recuperado e retrabalhado, em contraste com conceitos correntes tais como hábito, costume, praxe, tradição (Bourdieu, 1967). Com o habitus, Bordieu forja uma teoria disposicional da ação, intermediária entre a estrutura e a ação. Assim, o habitus é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada (Wacquant, 2009)

O habitus constitui a maneira de perceber, julgar e valorizar o mundo, e molda a forma de agir, corporal e materialmente (Thiry-Cherques, 2006). É composto: pelo ethos, princípios práticos, não-conscientes, conjunto de disposições morais

(diferente da ética, forma teórica, argumentada, explicitada e codificada da moral); pelo hêxis, princípios interiorizados pelo corpo, posturas, expressões corporais, aptidões corporais adquiridas (Aristóteles); e pelo eidos, princípio de construção da realidade a partir de crença pré-reflexiva, modo de pensar específico, apreensão intelectual da realidade (Platão, Aristóteles).

O habitus apreende as relações entre comportamento dos agentes e estruturas e condicionamentos sociais (Setton, 2002), conciliando o diálogo entre realidade exterior (mundo objetivo) e realidades individuais (mundo subjetivo das individualidades). Habitus, nesse sentido, é um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído, de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes).

O habitus da pessoa moderna é forjado pela interação de distintos ambientes (família, escola, trabalho, grupos sociais, e cultura de massa), em uma configuração de padrões de conduta abertos. A constituição da identidade social do indivíduo moderno se faz a partir do habitus, da ação e construção e não somente de uma prática "automática".

O habitus designa uma competência prática (Wacquant, 2009), adquirida na e para a ação, que (i) resume uma aptidão social, variável no tempo e no espaço, e com as distribuições de poder; (ii) é transferível a vários domínios de prática, e fundamenta distintos estilos de vida; (iii) é durável mas não estático: disposições socialmente construídas podem ser moldadas por novas forças externas; (iv) é dotado de inércia, onde prevalecem práticas moldadas das estruturas sociais que as geraram, as quais filtram as últimas experiências e limitam as novas disposições aprendidas (daí o peso dos esquemas adquiridos na infância); (v) introduz uma

defasagem e, por vezes, um hiato entre as determinações passadas que o produziram e as determinações atuais que o interpelam (de tal forma internalizado que chega-se a ignorar que existe).

O habitus é condicionante e é condicionador das ações, não designa simplesmente um condicionamento, mas simultaneamente um princípio de ação (Thiry-Cherques, 2006). É estrutura (disposições interiorizadas duráveis) e estruturante (gerador de práticas e representações). Possui dinâmica autônoma, sem direção consciente, forjada pela lógica do campo social. Contém o conhecimento e o reconhecimento das “regras do jogo” em um campo determinado. O habitus funciona como esquema de ação, de percepção, de reflexão e é o produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências. “Uma espécie de programa, no sentido da informática, que todos nós carregamos” (Thiry-Cherques, 2006)(p.34).

Pelo habitus, incorpora-se a história, tanto no estado objetivado (monumentos, livros, teorias), quanto na forma de disposições. Assim, manifesta-se em condutas regulares, as quais permitem prever práticas — as “coisas que se fazem” e as “coisas que não se fazem” em determinado campo. É tanto individual quanto coletivo, diferenciado e diferenciante, aflorando no estilo de vida individual e nas afinidades da coletividade. Não só está no indivíduo, como o indivíduo se situa em um campo que circunscreve um habitus específico.

A dinâmica social se dá no interior de um campo (segmento social), onde agentes (indivíduos e grupos) têm disposições específicas (habitus), e é regida por lutas entre agentes, relações de força e distribuição das formas de capital específico (cultural, econômico, social, simbólico). Nessas

lutas são levadas a efeito estratégias não conscientes, que se fundam no habitus individual e dos grupos em conflito (Thiry-Cherques, 2006). Os determinantes das condutas individual e coletiva são as posições particulares de todo agente na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o habitus, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições, e o conjunto de posições determina o habitus. Os campos não são estruturas fixas. São produtos da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam. Todo campo se caracteriza por agentes dotados de um mesmo habitus. O campo estrutura o habitus, e o habitus constitui o campo. O habitus é a internalização ou incorporação da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização ou objetivação do habitus (Thiry-Cherques, 2006). Enquanto integrantes de um campo, inscritos no seu habitus, não se pode ver com clareza suas determinações, nem se é capaz de discuti-lo.

#### 4 NOVO OLHAR PARA A ABORDAGEM SISTÊMICA NA PSICOLOGIA

---

De forma a conciliar e atualizar a visão sistêmica, incorporando o conceito do habitus, constata-se a necessidade de considerar a dinâmica disposicional e situacional das estruturas psicossociais, buscando inspiração na teoria dos sistemas dinâmicos, na teoria do caos e de sistemas complexos.

Os cientistas comportamentais e sociais enfrentam grande desafio na tradução dos conceitos da complexidade de sistemas dinâmicos (Eidelson, 1997), propostos originalmente nas ciências naturais, para sistemas humanos (pessoas, grupos, sociedades), por duas razões principais: confusão sobre os conceitos e as definições da complexidade; e o pressuposto

aceito nessas ciências de que sistemas humanos são guiados para um estado de equilíbrio, e um único estado de equilíbrio existe para um dado sistema. A ideia de dinâmicas instáveis, auto-organizadas e distantes do equilíbrio, inerentes à complexidade, tendiam a ser entendidas como desvios e desorganização social, e não como padrões emergentes.

No entanto, hoje constata-se que muito da vida social é experienciada por processos mentais, acionados automaticamente com base nas características do ambiente social imediato (pertencimento aos grupos, qualidade dos relacionamentos, hierarquia e normas sociais). A automaticidade na vida social se refere ao controle interno e inconsciente dos processos psicológicos (Bargh e Williams, 2006), a qual se estende além da percepção e da interpretação do mundo social, influenciando e guiando a agência e as interações sociais do indivíduo, por longos períodos. Assim, as influências automáticas na vida social são numerosas e diversas, podendo se estender a contextos não relacionados (por exemplo, da família para o trabalho, e vice-versa), nos quais decisões e escolhas comportamentais são influenciadas inconscientemente.

O conceito de automaticidade dos processos cognitivos superiores tem sido amplamente evidenciado em estudos psicológicos (Bargh et al., 2012), portanto, a automaticidade não decorre apenas de um processo de aquisição de habilidades, no qual um processo consciente e deliberado é repetido até ser automatizado, mas também de substratos evolutivos e de mecanismos de aprendizado desde a primeira infância. A psicologia social envolve uma interação complexa entre processos conscientes e automáticos, onde os primeiros causam e também são causados pelos últimos (Bargh et al., 2012).

Outro importante processo na evolução humana, relevante para a psicologia social, é o efeito Baldwin, o qual postula um mecanismo para assimilação genética de características adquiridas. O efeito Baldwin é um caso especial do processo etológico da construção do nicho (Maclennan, 2007), que é um processo de realimentação pelo qual primeiro uma população altera seu ambiente em benefício próprio, mas depois os indivíduos se adaptam ao ambiente modificado, o que provoca novas modificações, e assim por diante. O resultado é uma coevolução, complexa e imprevisível, da população e de seu ambiente. Predisposições genéticas para organizações sociais complexas possivelmente resultam desse processo de construção de nicho.

Além disso, foi evidenciado que há diferentes graus na capacidade de aprendizado, variando entre organismos e ambientes, com vantagens diferenciadas entre as espécies, em função de sua criticidade na adaptação e na sobrevivência (Seligman, 1970), ou seja, existe uma preparação da aprendizagem (“terreno fértil”).

Na cibernética de segunda ordem, já se reconhece a inseparabilidade entre agente e sistema observador, e os processos cognitivos são explicados a partir das dinâmicas acopladas entre agentes e ambientes (Bishop e Nasuto, 2005). Ao entender a cognição como um processo dinâmico contínuo, a cibernética de segunda ordem rejeita a noção de cognição como manipulação computacional de representações. O agente interage com o mundo complexo, sem necessidade de uma representação explícita.

Com base nas contribuições da psicologia evolucionista para o entendimento do desenvolvimento social, a teoria de sistemas complexos pode ser utilizada para modelar a emergência e a evolução das estruturas sociais (Maclennan, 2007). Em particular, o paradigma



conexionista dos sistemas dinâmicos tem implicações relevantes para a psicologia social. O conexionismo sofreu objeções anteriores, por exemplo, com base na teoria da linguagem (Chomsky, 1956), a qual previa o conhecimento inato de regras gramaticais comum às linguagens naturais.

No entanto, o conexionismo prove uma explicação alternativa para o comportamento aparente de seguir regras, com base nos recentes achados da neurociência (Maclennan, 2007). Apesar de não existir regras explícitas em uma rede conexionista, como as redes neurais cerebrais, o efeito cumulativo das muitas conexões e computações individuais podem exibir um comportamento emergente regular, o qual pode ser similar ao seguimento de regras.

O conexionismo não é apenas um método alternativo para obter resultados semelhantes ao seguimento de regras, mas sim apresenta características de flexibilidade e sensibilidade ao contexto, típicas do comportamento humano.

O enfoque conexionista é reforçado pelas pesquisas com o aprendizado e comportamento de especialistas (Dreyfus e Dreyfus, 1980), evidenciando que o comportamento de novatos se assemelha mais ao seguimento de regras, do que o dos especialistas, os quais abandonam o uso estrito de regras procedimentais e se comportam de formas mais flexíveis e sensíveis ao contexto.

No entanto, o conexionismo não deve ser confundido como uma nova forma de ambientalismo, que absolutamente não postula a hipótese da tabula rasa, mas sim um enfoque paradigmático para modelar o funcionamento psicossocial.

Além do conexionismo, para incorporar os achados da neurociência na psicologia, propõem-

se uma abordagem enativa, baseada em uma coemergência entre sujeito e objeto (McGann et al., 2013). Por meio deste, os processos psicológicos são estudados como interações dinâmicas entre agentes autônomos e seus ambientes, onde a cognição não se restringe a um indivíduo, mas emerge dinamicamente do relacionamento deste com seu contexto (incluindo outros agentes).

A abordagem enativa da cognição supera uma visão de processamento de informações baseado em representações, e prove a naturalização da significação de comportamentos e contextos, os quais emergem de relações complexas entre agentes cognitivos e ambientes, por meio de interações dinâmicas.

Na teoria de sistemas dinâmicos, entende-se como emergência o desenvolvimento coordenado de um conjunto de estruturas, funções e padrões, qualitativamente diferentes, em um sistema dinâmico, o qual não pode ser reduzido nem previsto a partir do conhecimento das condições precedentes do sistema (Piers, 2007). O funcionamento psicossocial é emergente de uma dinâmica de mudanças qualitativas nas experiências individuais de auto-direcionamento ou de agência, que se processa em contextos psicológicos que não possibilitam o reconhecimento imediato das razões explicativas da mudança.

Um conjunto de características distingue a emergência de conceitos similares (Goldstein, 2007): organização radicalmente nova (imprevisível e irreduzível); dinâmica (mutável no tempo); ostensiva (manifesta no sistema); aderente (integração duradoura de componentes do sistema); e no nível macro (organização em nível superior ao nível micro dos componentes sendo organizados).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E DIREÇÕES FUTURAS

Dessa forma, a abordagem sistêmica na psicologia deve adotar uma perspectiva de auto-organização paralelamente à auto-regulação.

Por meio da auto-regulação (Carver e Scheier, 2003), a partir de uma estrutura psicossocial manifesta no tempo presente, o comportamento humano é controlado por retroalimentação, em um processo no qual dois ou mais subsistemas biológicos centrais (p.ex., um de aproximação e outro de separação, com regulação de intensidades e velocidades) competem pelos recursos cognitivos (funções executivas) e pelo direcionamento do indivíduo (necessidades psicofisiológicas). Este processo ocorre do topo para a base.

Por outro lado, o comportamento também surge da auto-organização emergente da base para o topo, onde processos afetivos (emoções) e a automaticidade influenciam a agência, em um processo conexionista, com características típicas dos sistemas dinâmicos (sensibilidade às condições iniciais, atratores, bifurcações, etc). Neste caso, a interação social pode ser modelada por meio de equações diferenciais não lineares (Gottman et al, 2002).

Para a integração de modelos de auto-regulação e auto-organização, o direcionamento futuro indica o emprego da simulação qualitativa para uma modelagem conceitual (Liem, 2013), visando a construção teórica e a formulação de hipóteses a serem testadas em estudos quantitativos posteriores.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. M.; ALVES, E. M.; DA CRUZ, M. P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu.

Revista Eletrônica Perspectivas da Ciência e Tecnologia, v. 1, n. 1, p. 31-40, 2008. ISSN 1984-5693.

BACAL, M. E. A. Lealdades visíveis e invisíveis: um estudo sobre a transmissão geracional da profissão na família. 2013. (Doutorado). Psicologia, PUC-Rio, Rio de Janeiro.

BARGH, J. A. et al. Automaticity in social-cognitive processes. Trends in cognitive sciences, v. 16, n. 12, p. 593-605, Dec 2012. ISSN 1879-307X (Print), 1364-6613 (Online).

BARGH, J. A.; WILLIAMS, E. L. The automaticity of social life. Current directions in psychological science, v. 15, n. 1, p. 1-4, Feb 2006. ISSN 0963-7214 (Print), 0963-7214 (Online).

BEER, S. The Viable System Model: Its Provenance, Development, Methodology and Pathology. Journal of the Operational Research Society, v. 35, n. 1, p. 7-25, 1984. ISSN 0160-5682.

BISHOP, J.; NASUTO, J. Second-order cybernetics and enactive perception. Kybernetes, v. 34, n. 9/10, p. 1309-1320, 2005. ISSN 0368-492X.

BOSZORMENYI-NAGY, I. Invisible loyalties. Levittown: Taylor & Francis Group, 1984. 408 p. ISBN 1317839366.

BOURDIEU, P. Estrutura, habitus e prática. In: BOURDIEU, P. (Ed.). A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1967. p.203-229.

BROWN, J.; HARRISON, V.; CHANCE, A. B. Is Bowen Theory still relevant in the Family Therapy field? CAPA Quarterly, n. 3, p. 11-17, 2008. ISSN 1835-937X.

BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. In: PENSO, M. A. e COSTA, L. F. (Ed.). A transmissão geracional em diferentes contextos. Da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus, 2008. p.76-96. ISBN 978-85-323-0494-0.

CARVER, C. S.; SCHEIER, M. F. Self-regulatory perspectives on personality. In: MILLON,

T.;LERNER, M. J., et al (Ed.). Handbook of Psychology: Personality and Social Psychology. Hoboken: John Wiley & Sons, v.5, 2003. p.185-208.

CHOMSKY, N. Three models for the description of language. Information Theory, IRE Transactions on, v. 2, n. 3, p. 113-124, 1956. ISSN 0096-1000.

CHURCHMAN, C. W. The Systems Approach and Its Enemies. New York: Basic Books, 1979.

DREYFUS, S. E.; DREYFUS, H. L. A five-stage model of the mental activities involved in directed skill acquisition. DTIC Document. 1980

EIDELSON, R. J. Complex adaptive systems in the behavioral and social sciences. Review of General Psychology, v. 1, n. 1, p. 42, 1997. ISSN 1939-1552.

ERIKSON, E. H. Identity and the lyfe cycle. New York: W. W. Norton & Company, 1980. 191 p. ISBN 0-393-31132-5.

GOLDSTEIN, J. Emergence and psychological morphogenesis. In: PIERS, C.;MULLER, J. P., et al (Ed.). Self-organizing complexity in psychological systems. Lanham: Jason Aronson, Incorporated, 2007. p.186. ISBN 1461630657.

GOTTMAN, J.; SWANSON, C.; SWANSON, K. A general systems theory of marriage: Nonlinear difference equation modeling of marital interaction. Personality and social psychology review, v. 6, n. 4, p. 326-340, 2002. ISSN 1088-8683.

KERR, M. E.; BOWEN, M. Family evaluation: The role of the family as an emotional unit that governs individual behavior and development. Markham, Ontario: Penguin Books, 1988.

KLEVER, P. Intergenerational fusion and nuclear family functioning. Contemporary Family Therapy, v. 25, n. 4, p. 431-451, 2003. ISSN 0892-2764.

KLEVER, P. The primary triangle and variation in nuclear family functioning. Contemp Fam Ther, v. 31, n. 2, p. 140-159, 2009. ISSN 0892-2764.

LIEM, J. Supporting Conceptual Modelling of Dynamic Systems: A Knowledge Engineering Perspective on Qualitative Reasoning. 2013.

(Doctor). Faculteit der Natuurwetenschappen, Wiskunde en Informatica, Universiteit van Amsterdam, Amsterdam.

MACLENNAN, B. Evolutionary psychology, complex systems, and social theory. Soundings, p. 169-189, 2007. ISSN 0038-1861.

MARTINS, E. M. A.; RABINOVICH, E. P.; SILVA, C. N. Family and the differentiation process in Murray Bowen theory: a case study. Psicologia USP, v. 19, n. 2, p. 181-197, 2008. ISSN 0103-6564 (Print), 1678-5177 (Online).

MCGANN, M.; DE JAEGHER, H.; DI PAOLO, E. Enaction and psychology. Review of General Psychology, v. 17, n. 2, p. 203, 2013. ISSN 1433816563.

MCGOLDRICK, M.; CARTER, E. A. The family life cycle: A framework for family therapy. Gardner Press, 1980. ISBN 0470267828.

NEVES, C. D. Diferenciação do self: diferenças entre pais e filhos adolescentes e relação com o ambiente familiar. 2011. (Mestrado). Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.

PIERS, C. Emergence: when a difference in degree becomes a difference in kind. In: PIERS, C.;MULLER, J. P., et al (Ed.). Self-organizing complexity in psychological systems. Lanham: Jason Aronson, Incorporated, 2007. p.186. ISBN 1461630657.

RAMARAJAN, L.; REID, E. Shattering the myth of separate worlds: Negotiating non-work identities at work. Academy of Management Review, v. 38, n. 4, p. 621-644, 2013. ISSN 0363-7425.

SELIGMAN, M. E. On the generality of the laws of learning. Psychological review, v. 77, n. 5, p. 406, 1970. ISSN 1939-1471.

SETTON, M. D. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, n. 20, p. 60-70, 2002.

SHANNON, C. E. A Mathematical Theory of Communication. Bell Systems, 1948.

SKOWRON, E. A.; SCHMITT, T. A. Assessing interpersonal fusion: reliability and validity of a new DSI fusion with others subscale. J Marital

Fam Ther, v. 29, n. 2, p. 209-22, Apr 2003. ISSN 0194-472X (Print), 0194-472X (Online).

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. Revista de Administração Pública-RAP, v. 40, n. 1, p. 27-53, 2006. ISSN 0034-7612.

VAUGHAN, D. Signals and interpretive work: The role of culture in a theory of practical action. In: CERULLO, K. A. (Ed.). Culture in mind: Toward a sociology of culture and cognition. New York: Routledge, 2002. p.28-54. ISBN 978-0415929448.

VON BERTALANFFY, L. General system theory: Foundations, development, applications. New York: George Brazillier, 1969. 295 p. ISBN 978-0807604533.

VON NEUMANN, J.; MORGENSTERN, O. Theory of games and economic behavior. Bull. Amer. Math. Soc, v. 51, n. 7, p. 498-504, 1945.

WACQUANT, L. Esclarecer o Habitus. Educação & Linguagem, v. 10, n. 16, p. 63-71, 2009. ISSN 2176-1043.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. A. Pragmatics of Human Communication: A study of international patterns, pathologies, and paradoxes. New York: W.W. Norton, 1967. 284 p.

WIENER, N. Cybernetics. Scientific American, v. 179, n. 5, p. 14-18, Nov 1948. ISSN 0036-8733 (Print), 0036-8733 (Online).